

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E ACT APRESENTAM ESTUDO CONTRAPONDO ANÁLISE DA FGV

A Aliança de Controle do Tabagismo – ACT, em parceria com a Organização Pan Americana de Saúde (OPAS), a Johns Hopkins Bloomberg School of Public Health (Estados Unidos), a Campaign for Tobacco Free Kids (Estados Unidos), lança hoje, 6 de outubro, documento onde mostra incoerências em estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas por encomenda de aliados da indústria do tabaco.

Intitulado “*Estudo dos Efeitos Socioeconômicos da Regulamentação, pela Anvisa, dos Assuntos de que tratam as Consultas Públicas nº 112 e 117, de 2010*”, a análise da FGV mostra um efeito catastrófico das medidas sobre a cadeia produtiva do tabaco e sobre a comercialização de cigarros, utilizando-se de argumentos que carecem de fundamentação e por isto mesmo surpreendem a quem espera rigor e credibilidade por parte de uma instituição reconhecida como a Fundação. O que se busca é regular iniciativas que vem sendo empregadas para estimular o consumo de produtos de tabaco e com isto, promover a prevenção da iniciação ao tabagismo e a saúde pública dos brasileiros. Ao proibir o uso de aditivos, tais como aromatizantes e flavorizantes, a exemplo dos sabores de chocolate, baunilha, morango, menta, como prevê a consulta pública 112, impede-se que os produtos de tabaco se tornem mais palatáveis e atrativos para crianças e adolescentes que, juntos, representam 90% dos iniciantes. Com as medidas previstas na consulta pública 117, regula-se a exposição de produtos de tabaco nos pontos de venda e ampliam-se as advertências sanitárias.

As organizações de saúde chegaram à conclusão que em sua elaboração faltou adesão a procedimentos necessários e aceitos cientificamente. Seu texto é baseado em hipóteses e sem a clara apresentação dos métodos e materiais utilizados, e sem assinatura de um responsável.

“Apresentar este estudo à sociedade para ‘informá-la’ sobre os efeitos das medidas propostas pela ANVISA é um equívoco e uma temeridade”, afirma Paula Johns, diretora-executiva da ACT.

A análise da FGV não apresenta evidências científicas revisadas por pareceristas apoiando as informações e declarações feitas pelo relatório da FGV de que certos aditivos seriam necessários para o processamento do tabaco; que a proibição da propaganda e dos displays de exposição nos PDVs não têm efeito no uso do tabaco ou que eles causariam o fechamento de pontos de venda ou redução das vendas no varejo; e que a implementação das propostas de regulamentação da Anvisa, previstas nas consultas públicas 112 e 117, aumentariam o comércio ilícito de produtos de tabaco.

As empresas fumageiras utilizam o argumento de que a política de controle de tabagismo vem contribuindo e contribuirá para a transferência de postos de trabalho para outros países, resultado dos efeitos sobre a produção, exportação e o mercado ilegal. No entanto, a fumicultura está bem estabelecida, com um papel consolidado no mercado internacional. O que pode vir a ameaçar o agricultor familiar que produz fumo no Brasil é a dinâmica do mercado global de folha de fumo, cujas indústrias podem decidir migrar a produção para locais com mão de obra mais barata.

Portanto, deixar que os agricultores familiares que produzem a maior parte dos alimentos que consumimos fiquem nas mãos da indústria do tabaco não é uma política sustentável. O Estado brasileiro deve aproveitar o debate para ampliar a diversificação de renda nas áreas que produzem fumo.

Quanto ao mercado ilegal, as autoridades da saúde têm um papel na elaboração de um plano estratégico de combate ao cigarro sem imposto. Em primeiro lugar, mostrar os ganhos para a saúde ao se coibir o consumo do produto ilegal e, portanto, mais barato e que não recolhe impostos. Para isso, é preciso estimar, ainda que de forma aproximada, o tamanho deste mercado, calculando o consumo total de cigarros, através das pesquisas epidemiológicas. Em segundo, estimular os responsáveis para avançar na discussão nacional e regional do protocolo internacional sobre comércio ilícito, proposto no marco da CQCT. Em terceiro, analisar conjuntamente com os responsáveis pelo controle e repressão do mercado ilegal o que mais pode ser feito em termos de negociações bilaterais e recursos humanos e financeiros para aplicar a lei.

Na análise crítica ora apresentada, estes pontos são debatidos e questionados à luz do conhecimento científico atual e experiência internacional em medidas de controle do tabagismo.

A década passada registrou grandes conquistas para a política de controle do tabagismo, como a inclusão de advertências sanitárias gráficas nos maços dos produtos de tabaco, a restrição parcial da publicidade, a ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, a legislação em alguns estados que prevê ambientes totalmente livres de fumo. Estas medidas se traduziram numa significativa redução da prevalência de fumantes, o que demonstra sua eficácia, mas ainda existem 24,6 milhões de fumantes no Brasil e por isso é necessário continuar as ações de controle.

Para acessar o conteúdo do relatório da FGV, clique em

http://www.actbr.org.br/uploads/conteudo/664_RESPOSTA_FGV.pdf